

Contextos de educação rural e o ensino para os indígenas na Reserva de Dourados/MT na primeira metade do século XX: reflexões a partir do conhecimento positivo

Contexts of rural education and teaching for indigenous people in the Dourados/MT Reserve in the first half of the 20th century: reflections from positive knowledge

100

Cristiane Pereira Peres¹
Alessandra Cristina Furtado²

Resumo: Este texto analisa a educação para os indígenas na “escola da missão” (Escola Primária General Rondon), mais precisamente para as etnias Kaiowá, Guarani e Terena da Reserva Indígena de Dourados (RID), no sul de Mato Grosso (MT), durante a primeira metade do século XX. Para tanto, busca relacionar e compreender o ensino primário nesta Reserva à luz da teoria positivista. Com o intuito de alcançar o objetivo da pesquisa, foi preciso recorrer a documentos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), guardados nos arquivos do Museu do Índio no Rio de Janeiro, e ao jornal protestante *O Estandarte*, disponibilizado para consulta *online*. Resultados da pesquisa demonstraram que a educação escolar ministrada aos indígenas da RID, apresentava semelhanças com o ensino realizado nas escolas rurais. Contudo, essas semelhanças estavam relacionadas às características dos espaços rurais e ao projeto dos republicanos e protestantes da formação de pessoas desenvolvidas, civilizadas e alfabetizadas, por meio da construção de novos hábitos, comportamentos e práticas religiosas, econômicas e sociais.

Palavras-chave: Educação para os indígenas. Educação primária rural. Positivismo.

¹ Graduação em História e Mestrado em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMES). E-mail: cristiapereira@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5906-2834>

² Graduação em História (Licenciatura e Bacharelado) e Mestrado em História pela Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca). Doutorado e Pós-Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE/USP). Professora Associada II da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (FAED/UFGD). Leciona nos Cursos de Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado). É coordenadora do GT 2 – História da Educação da ANPED CO (2018-2020). Editora da Revista Educação e Fronteiras. Investiga temas ligados à História, História da Educação, Instituições Escolares, Formação Docente, Escola Normal e Educação. Líder do Grupo de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMES/UFGD). E-mail: alessandrafortado@ufgd.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6084-2299>

Recebido em 07/08/2020

Aprovado em 20/10/2020

Abstract: This text analyzes education for indigenous people in the “mission school” (Primary School General Rondon), more precisely for the Kaiowá, Guarani and Terena ethnic groups of the Dourados Indigenous Reserve (RID), in the south of Mato Grosso (MT), during the first half of the 20th century. Therefore, it seeks to relate and understand primary education in this Reserve in the light of positivist theory. In order to achieve the research objective, it was necessary to resort to documents from the Indian Protection Service (SPI), kept in the archives of the Museu do Índio in Rio de Janeiro, and to the Protestant newspaper O Estandarte, available for online consultation. Results of the research demonstrated that the school education given to the indigenous people of the RID, had similarities with the teaching carried out in rural schools. However, these similarities were related to the characteristics of rural spaces and the project of Republicans and Protestants for the development of developed, civilized and literate people, through the construction of new religious, economic and social habits, behaviors and practices.

Keywords: Education for indigenous people. Rural primary education. Positivism.

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta uma abordagem sobre a educação ministrada aos indígenas na “escola da missão” (Escola Primária General Rondon), na primeira metade do século XX, para as etnias Kaiowá, Guarani e Terena da Reserva Indígena de Dourados (RID), região sul de Mato Grosso (MT). Para tanto, busca relacionar e compreender o ensino primário nesta Reserva à luz da teoria positivista.

Neste trabalho, procuramos compreender a escola para os indígenas enquanto uma modalidade com semelhanças de escola rural. Com base no Regulamento de Instrução Pública de 1927 de Mato Grosso, as escolas rurais eram aquelas que estavam localizadas a mais de 3 quilômetros da sede do município³. Assim, a partir da localização da “escola da missão” e de outras singularidades das escolas rurais, como a sua instrução primária, é possível constatar que havia semelhanças entre as escolas em relação ao funcionamento.

Pesquisas de temas ligados à educação rural em uma perspectiva histórica apresentaram-se de forma mais intensa na última década, na escrita sobre a História da Educação (ÁVILA, 2018).

A Nova História Cultural, que busca “[...] compreender as práticas, complexas, múltiplas, diferenciadas, que constroem o mundo como representação” (CHARTIER, 1990, p. 28), proporcionou uma abertura epistemológica com distintas tendências investigativas,

³MATO GROSSO. **Regulamento da Instrução Pública, 1927**. Arquivo Público de Mato Grosso. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114996>>. Acesso em: 30 maio 2020.

elegendo novos temas, objetos, sujeitos e fontes, até então não selecionadas pelos pesquisadores. Essa abertura, possibilitou escrever a história de instituições, práticas e currículos de escolas ainda desconhecidas na escrita da História da Educação.

As análises aqui realizadas a partir da teoria positivista tem como referência as obras de Auguste Comte que integram a Coleção *Os Pensadores*, a saber: *Discurso Preliminar Sobre o Conjunto do Positivismo (1848)*⁴ e *Catecismo Positivista (1852)*⁵.

Logo, as análises acerca da educação para os indígenas discutidas neste texto estão relacionadas à proposta de Comte, que a partir do paradigma positivista propõe reorganizar o modo de vida da sociedade, por meio da educação positiva. Assim, avançando os estados teológico e metafísico, com o objetivo de alcançar o aperfeiçoamento do homem e garantir o progresso social (COMTE, 1848).

A partir do conhecimento positivo, divulgado no Brasil de modo mais acentuado entre os séculos XIX e XX, é possível apreender em âmbito educacional a busca pela reorganização da sociedade, via as análises da ciência positiva que defende o uso da razão e da observação, visto que a educação se configura como uma atividade social. Sendo a educação uma atividade social, era necessário que a educação rural estivesse associada as “[...] las pedagogías ruralistas (ruralismos pedagógicos) o con las políticas diseñadas especialmente para las zonas o poblaciones rurales que tuvieron su apogeo durante la primera mitad del siglo XX” (CERECEDO; LOS RIOS; FERNÁNDEZ, 2011, p. 11). Desse modo, nas escolas rurais e na “escola da missão”, a educação escolar deveria reconhecer e valorizar as culturas, os costumes e as peculiaridades dos espaços em que estavam localizadas as escolas.

O paradigma positivista surge da necessidade de uma reorganização social pós Revolução Francesa (1789-1799). Porém, essa reorganização não seria possível sem uma reconstrução dos costumes e opiniões, caminhando, assim, para a ordem e o progresso.

Para realizar este estudo, recorreremos a documentos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), disponíveis nos arquivos do Museu do Índio no Rio de Janeiro, e ao jornal protestante *O Estandarte*⁶, disponibilizado para consulta *online*, a fim de compor as análises realizadas neste texto.

⁴ Aborda o paradigma positivista defendido pelo autor ao apresentar a teoria dos três estados: teológico, metafísico e científico (positivo).

⁵ Apresenta a constituição positiva da unidade humana por meio do espírito positivo.

⁶ Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0BwHcbmnX6hFnQmw2aVVPYkJIamc>

O texto foi estruturado em duas seções, a saber: a primeira aborda aspectos históricos da presença da Missão Evangélica Caiuá (MEC) na Reserva, e a segunda, apresenta o projeto educativo-religioso da Missão.

A Presença da Missão Evangélica Caiuá na Reserva

O SPI criou em Dourados, no ano de 1917, a RID, pelo Decreto nº 404 de 3 de setembro. O referido Decreto determinou uma área de 3.539 hectares, sendo povoada pelas etnias Kaiowá, Guarani e Terena⁷.

Na Reserva, em 1929, foi instalada a MEC, em que manteve contato de início com os indígenas da etnia Kaiowá e, posterior, Guarani e Terena. Os fundadores da Missão foram os missionários americanos, reverendo Alberto Sidney Maxwell e sua esposa Sra. Mabel Davis Maxwell, pertencentes a Igreja Presbiteriana. Também compuseram a primeira equipe missionária o agrônomo José da Silva, sua esposa Guilhermina da Silva (professora) e seu filho Erasmo, da Igreja Presbiteriana; o médico membro da Igreja Metodista Nelson de Araújo; o professor e dentista Esthon Marques membro da Igreja Presbiteriana Independente, que de modo assistencialista atendia os indígenas de forma espiritual, educacional, médica e social (O ESTANDARTE, 9 maio, 1929).

A região de Dourados foi escolhida como “[...] o ponto estratégico da missão. Dali é que vão ser destacados os vários trabalhadores para as tabas dos cayuazes” (O ESTANDARTE, 25 abr. 1929, p. 11). Para a expansão do trabalho de evangelização realizado pela MEC, os missionários utilizaram da mão de obra indígena, “[...] os índios tem feito estrada, pois a cavalo a viagem é perigosa e demorada” (O ESTANDARTE, 31 mar. 1949, p. 7). A abertura das estradas facilitava os deslocamentos dos missionários da sede da MEC até o barracão da mata para realizarem os cultos e as pregações feitas de casa em casa, possibilitando um maior contato com os indígenas para o desenvolvimento das práticas de evangelização.

A Missão representou um dos projetos protestantes mais importantes do Sul do Estado e foi originário da Associação Evangélica de Catequese dos Índios (AECI) fundada em São Paulo em agosto de 1928, uma iniciativa nacional considerada “[...] a primeira empresa missionária criada e conduzida por igrejas protestantes brasileiras com o fim de cristianizar povos indígenas, especialmente, os Guarani” (GONÇALVES; POSSADAGUA, 2012, p. 49).

⁷Documento do Posto Indígena Francisco Horta. julho 1966. Museu do Índio, Rio de Janeiro. (microfilme n.7, planilha 91).

Deste modo, a ação “civilizadora” realizada pela Missão evidencia as práticas do não reconhecimento da etnicidade e da cultura indígena, impondo, via a evangelização e escolarização, novas formas de organização familiar, religiosa, cultural e social, assim como, a introdução de novos conhecimentos sem (re)conhecer, valorizar e respeitar os saberes tradicionais das etnias da RID.

O Projeto Educativo-Religioso da Missão Evangélica Caiuá: Evangelização, “Civilidade” e Progresso

As primeiras experiências de uma educação não indígena direcionadas às diversas etnias ocorreram com os jesuítas, membros da Companhia de Jesus, em 1549, por meio da catequização. O projeto educacional jesuíta, que se manteve até 1759, buscou formar um novo perfil do homem indígena, voltado para o trabalho, assim como cristianizar os povos indígenas e torná-los pessoas dominadas por meio do projeto civilizatório católico.

Após os jesuítas serem expulsos de todas as colônias portuguesas, no ano de 1759, as “aulas régias” (1759-1827) marcaram o segundo momento na história da educação no Brasil. De 1827 a 1890, aconteceu o segundo momento quando ocorreram as primeiras tentativas de organização de uma educação de responsabilidade do poder público, que era representado pelo governo imperial e pelos governos das províncias; já o quarto momento foi marcado pela criação das escolas primárias nos estados, entre os anos de 1890 a 1931. De 1931 a 1961, houve a regulamentação das escolas superiores, secundárias e primárias, e, a partir de 1961 até o presente, adveio a unificação da regulamentação da educação nacional, em âmbito municipal, estadual e federal (SAVIANI, 2008).

Na Reserva, a educação escolar teve início entre os anos de 1929 e 1930 por meio da alfabetização de adultos via a cristianização, com a realização de cultos e aulas dominicais (CARVALHO, 2004). Assim, os protestantes metodistas e presbiterianos buscaram por meio do projeto educativo-religioso, evangelizar, alfabetizar, “civilizar” e integrar as etnias da Reserva ao projeto de desenvolvimento da nação. Romanelli (2014) aponta que no Brasil, nesse período, ainda de Primeira República (1889-1930), as estratégias de escolarização mantiveram os princípios da elite brasileira que por objetivos particulares constituíram uma forma de ensino fragmentada e totalitária. As práticas escolares continuavam a privilegiar os indivíduos pertencentes às elites dominantes e marginalizar por meio de um ensino, que tinha em suas práticas o monopólio cultural, os mais pobres.

Tal ensino priorizou o aprendizado da leitura, da escrita, das operações matemáticas, do patriotismo e de novos hábitos de higiene. Conhecimentos que também foram priorizados nas escolas rurais na primeira metade do século XX. De acordo com o Capítulo I, art. 6º do Regulamento da Instrução Pública de 1927, as escolas rurais tinham como finalidade “ministrar a instrução primária rudimentar; seu curso é de dois anos e o programa constará de leitura, escrita, as quatro operações sobre números inteiros, noções de história pátria, geografia do Brasil e especialmente de Mato Grosso e noções de higiene” (REGULAMENTO, 1927).

Assim, a “escola da missão” e as escolas rurais, buscaram por meio da organização do ensino a formação de cidadãos alfabetizados, com novos hábitos e comportamentos quanto a higiene pessoal e com uma postura patriota, para que pudessem alcançar o desenvolvimento necessário para a construção de uma identidade da sociedade nacional. Nesse caminhar, “A importância da educação rural, a vinculação da escola e seu meio, a formação pedagógica docente associada a conhecimentos de educação sanitária, higiênica e agrícola, eram debates que vinham, portanto, se configurando desde o 1º Congresso de 1927” (WERLE, 2007, p.161).

Na concepção dos missionários, a atuação da MEC na Reserva tiraria os indígenas da incivilidade e os tornariam civilizados e com novas relações e organizações quanto ao trabalho, a cultura e os saberes, logo desenvolvidos. Assim, era preciso adotar novos costumes e comportamentos, e novas práticas quanto à higiene, à religiosidade e a relação com a natureza. Conforme a teoria positivista é possível apreender que a escolarização buscou alcançar o aperfeiçoamento do indígena, promovendo o seu desenvolvimento e a organização social.

Na obra *Por Trás da Cortina Verde*, fica evidente essa prática de “civilização” dos indígenas:

Os índios que os missionários encontram no interior do Mato Grosso viviam em ranchos sujos, sem qualquer noção de higiene. Vestiam as peças de roupa que recebiam de presente e as usavam até que caíam aos pedaços de tanta sujeira [...] Dona Loide, a jovem missionária, olhava-os e exclamava, compassiva:

- Oh, os meus índios malcheirosos!

- Mas o evangelho de Cristo há de limpá-los no corpo e na alma.

Todavia, a tarefa seria dura. Não foi fácil alterar-lhes os costumes. Mas, a despeito de tudo, com o conhecimento do evangelho, com escolas, ensinamentos sobre higiene e agricultura, foram-se processando expressivas melhoras na vida da população da mata (VIANA, 1972, p. 119 - 120).

Isso permite perceber que, a “escola da missão” manteve em seu projeto de escolarização a transformação dos indígenas da Reserva, tendo em vista o perfil de sujeitos trabalhadores, com civilidade e cristãos. Assim, era justificado a importância e necessidade do

projeto escolar para os indígenas, que se sustentou e efetivou por meio do ensino do cristianismo, com objetivos de substituir a cultura das etnias indígenas, com justificativas de incivilidade e atraso, “[...] vivem ainda no seu antigo e primitivo estado de homem da selva, vivendo quase nus, e tocas de palha” (O ESTANDARTE, 25 abr. 1929, p. 11). Logo, era necessário entrar “[...] nas selvas para buscar o selvícola à civilização e ao conhecimento do Evangelho” (O ESTANDARTE, 9 maio, 1929, p. 14).

Nesse contexto, os missionários foram configurando imagens que não correspondiam a etnicidade das etnias. Assim, os estudos precisam problematizar as estratégias de escolarização utilizadas pelos missionários, permitindo reflexões sobre o “[...] discurso histórico como uma representação e uma explicação adequada da realidade que aconteceu” (CHARTIER, 2011, p. 25). Visto que, as imagens negativas utilizadas pelos missionários como representações dos indígenas, de fato não os representavam, foram utilizadas como justificativas para evangelização, “civilização” e integração das etnias a sociedade nacional.

Dito isto, de acordo com Chartier (2011), pode-se dizer que as relações construídas e mantidas, ao longo do tempo, entre as etnias e os protestantes metodistas e presbiterianos na Reserva e na escola, permitiram análises sobre as representações dos/e sobre os Kaiowá, Guarani e Terena, apresentando a realidade das apropriações e resistências mantidas nos contatos estabelecidos por meio de estratégias de evangelização e escolarização.

Entre as estratégias de escolarização destacam-se o ensino sobre novos hábitos quanto à higiene, o fim do alcoolismo, o uso de novas vestimentas características da região e a política de inserção e importância do trabalho, com particularidade para os trabalhos agrícolas (LOURENÇO, 2007). Essas estratégias possuíam como objetivo inserir os indígenas na sociedade não indígena, excluindo a sua cultura. Para isso, era preciso “[...] difundir conhecimentos de higiene e agricultura, entre os índios, integrando-os numa vida melhor”, símbolos do aperfeiçoamento do homem e do progresso (O ESTANDARTE, 10 jun. 1940, p. 3).

Assim, a formação social brasileira idealizada pelos republicanos na primeira metade do século XX, contou com a educação escolar para formar indivíduos patriotas, cívicos e alfabetizados. Conforme Almeida (2005, p. 38),

[...] era fundamental a formação de um caráter nacional ao povo brasileiro e a educação deveria colaborar nesta tarefa, num esforço de diminuir ao máximo o analfabetismo, ensinando aspectos da geografia, da história, do folclore do Brasil, bem

como noções de Moral e Civismo, enfim, a cultura brasileira deveria se fazer presente e constante nos currículos escolares tanto em escolas do campo, como nas da cidade.

Isto posto, de acordo com o positivismo, a educação dos indivíduos fragilizados economicamente seria necessária e importante para a manutenção da ordem, mediante a inculcação de um processo moral e na ideia de um progresso social.

Logo, por meio da educação escolar, tanto o SPI quanto a MEC desenvolveram um trabalho de assimilação e integração dos indígenas ao ideal de nacionalidade defendido pelos missionários protestantes, consequência de todo um processo aristocrático pelo qual passou a educação. Esse ideal de nacionalidade, organização social e desenvolvimento do homem, segundo a teoria positivista, só pode ser alcançado pela educação positiva.

Ao passo que o ensino escolar ia acontecendo, via principalmente as aulas na escola dominical e primária, os próprios missionários perceberam que os pais mandavam seus filhos para a escola, com o propósito de receberem atendimento médico e presentes que eram oferecidos como uma suposta troca, como: roupas, calçados e demais objetos pertencentes à cultura não indígena.

Assim, para entender o ensino direcionado aos indígenas da Reserva após a década de 1930, é necessário compreender as relações que se estabeleceram nesse período entre indígenas e missionários protestantes ante suas ações de apropriações e desapropriações das novas relações impostas pelos membros das igrejas Presbiteriana e Metodista e, também, pela resistência indígena.

Deste modo, ao passo que foram sendo expulsos do seu *tekoha*⁸, os indígenas já começaram a ser moldados socialmente, culturalmente e religiosamente em outros espaços territoriais. Da mesma forma os missionários da MEC que, mesmo impondo uma “civilização” e integração dos indígenas mediatizada por um ideal de nação que não pertencia às etnias Kaiowá, Guarani e Terena, tiveram de aprender novos hábitos para se aproximarem dos indígenas e impor, assim, suas estratégias missionárias.

Ante o exposto, o processo histórico não pode ser interpretado como uma ciência do passado, mas sim como “[...] a ciência da mutação e da explicação dessa mudança” (LE GOFF, 2003, p. 15). Mudança essa que pode ser analisada e compreendida por meio das estratégias de escolarização utilizadas na primeira metade do século XX na “escola da missão”.

⁸ “[...] lugar onde se dão as condições para ser guarani, [...] um espaço econômico, mas principalmente um lugar de manifestações e relações culturais e sócio-político” (EMGC, 2016, p.12).

Logo, as estratégias de escolarização provocaram transformações na vida social, cultural, econômica, religiosa e étnica das etnias em estudo, visto que, de acordo com Burke (2000), toda história é produto de uma época. Portanto, os contatos mantidos entre indígenas e não indígenas desde a colonização foram estabelecendo relações de trocas, rupturas e assimilações. O mesmo ocorreu com os missionários e os indígenas da RID, os quais, por meio da escolarização, mantiveram relações de rupturas como também de trocas.

Desta maneira, segundo Chartier (1990, p. 17), as percepções sociais

[...] não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

Os estudos sobre a história e a memória dos sujeitos em espaços escolares permitem compreender por meio das práticas os valores de um grupo social sobre o outro, de forma a estabelecer transformações no modo de vida dos sujeitos tidos como inferiores ao estágio social não indígena, como ocorreu com a atuação dos missionários protestantes na Reserva.

Nesse contexto, as ideias de ordem e progresso relacionadas ao positivismo de Comte aparecem na escola como disciplina/ordem e educação/ciência. Pelo conceito de progresso, o aluno deve passar pelo estágio das abstrações e chegar à fase adulta, que se encontra no estado positivo. Deste modo, o sacerdócio positivo requer uma maturidade que é alcançada mediante o conhecimento científico.

A evangelização e a escolarização das etnias da Reserva para os missionários da MEC levariam os indígenas para a fase adulta, na qual teriam, então, avançado o seu estágio primitivo, alcançando a maturidade por meio dos conhecimentos passados na escola. Em que, passariam por um desenvolvimento pessoal e social que os tornariam pessoas capazes de alcançar o progresso nacional.

Portanto, é possível compreender as contribuições do espírito positivista no campo da educação em um contexto, que fazendo uso da ciência, empreendeu produções que se distanciaram das explicações teológicas e metafísicas e desenvolveram estudos com base no conhecimento científico (positivo).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma pesquisa desta natureza demonstrou que a educação escolar ministrada aos indígenas da RID, apresentava semelhanças com o ensino realizado nas escolas rurais e que essas estavam relacionadas às características dos espaços rurais e ao projeto liberal republicano da formação de uma sociedade alfabetizada, desenvolvida e civilizada, por meio da construção de novos hábitos, costumes e práticas econômicas e sociais.

Ainda foi possível constatar que a atuação dos missionários protestantes na escolarização dos indígenas foi desenvolvida por meio de práticas religiosas e civilizatórias que objetivava tornar os indígenas como pessoas “civilizadas”, capazes de conviverem com a sociedade não indígena. Isso aconteceria ao negar e desvalorizar a cultura, a religião e os saberes tradicionais das etnias.

Deste modo, observamos como as estratégias de escolarização que priorizaram o ensino do cristianismo, da higiene, do patriotismo, da civilidade e da formação de novas formas de trabalho, buscaram substituir a cultura dos indígenas por meio da imposição de novos costumes e comportamentos, que segundo os missionários, os tornariam pessoas “desenvolvidas”. Construir-se-ia, assim, uma sociedade organizada e progressista, que para a teoria positivista é alcançada por meio do conhecimento positivo, essencial para a construção do conhecimento do homem.

Contudo, percebemos que os indígenas foram desenvolvendo formas de resistência ao projeto indigenista de “civilização”, integração e evangelização, seja recusando a política da Missão, seja se apropriando do que a instituição oferecia para conviverem no cenário multiétnico instaurado na região.

Mesmo assim, constatamos que as doações e as trocas realizadas entre os indígenas e os missionários protestantes foram necessárias para a sobrevivência e o convívio no novo espaço territorial em que foram inseridos, ocupando a Reserva de modo forçado. Portanto, por meio do ensino oferecido, os indígenas foram se apropriando do que era preciso para a sua existência física e cultural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A educação rural como processo civilizador. In: *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Volume III, séc. XX. Petrópolis: RJ: Vozes, 2005.

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. Educação rural em perspectiva histórica. *Pensar a Educação em Revista*, ano 4, v. 4, n. 2, p. 1-21, mar./jul. 2018.

BURKE, Peter. Origens da história cultural e unidade e variedade na história cultural. In: _____. *Variedades de história cultural*. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CARVALHO, Raquel Alves de. A Missão Evangélica Caiuá: instalação e organização. *Revista de Educação do Cogeime*, ano 13, n. 25, dez. 2004.

CERECEDO, Alicia Civera; LOS RIOS, Juan Alfonseca Giner de; FERNÁNDEZ, Carlos Escalante (orgs). *Campesinos y escolares la construcción de la escuela e nel campo latinoamericano – siglos XIX y XX*. México: Miguel Angel Porrúa: El Colegio Mexiquense, 2011.

COMTE, Auguste. Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo. In: _____. *Os pensadores*. (Coleção). Tradução José Arthur Giannotti. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 69-75.

COMTE, Auguste. Catecismo positivista. In: _____. *Os pensadores*. (Coleção). Tradução Miguel Lemos. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 95-131.

CHARTIER, Roger. Defesa e Ilustração da Noção de Representação. *Fronteiras: Revista de História/Universidade Federal da Grande Dourados*. Dourados, v.13, n 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Memória e Sociedade), 1990.

EMGC (Equipe Mapa Guarani Continental). *Caderno mapa Guarani continental: povos Guarani na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai*. Campo Grande, MS: Cimi, 2016.

GONÇALVES, Carlos Barros; POSSADAGUA, Leandro. Missão Evangélica Caiuá: 82 anos de uma história entre os Guarani. *Revista Índio*, ano 2, n. 2, p. 48-51, 2012.

LE GOFF, Jacques. História. In: *História e memória*. 5.ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LOURENÇO, Renata. *O Serviço de Proteção aos Índios e o estabelecimento de uma política indigenista republicana junto aos índios da Reserva de Dourados e Panambizinho na área da educação escolar (1929 a 1968)*. 2007. 250 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, São Paulo, 2007.

MATO GROSSO. *Regulamento da Instrução Pública, 1927*. Arquivo Público de Mato Grosso. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114996>>. Acesso em: 30 maio 2020.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. *Eccos Revista Científica*, São Paulo, v. 10, n. especial, p. 147-167, 2008.

VIANA, Juracy Fialho. *Por trás da cortina verde*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1972.

WERLE, Flávia Obino Corrêa (org.). *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

Documento

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. *Documento do Posto Indígena Francisco Horta*. julho 1966. Museu do Índio, Rio de Janeiro. (microfilme n. 7, planilha 91).

Periódicos

O ESTANDARTE, n. 15, abril, 1929.

O ESTANDARTE, n. 17, maio, 1929.

O ESTANDARTE, n. 13, junho, 1940.

O ESTANDARTE, n. 6, março, 1949.